
**PROJETOS PROFISSIONAIS DE ESTUDANTES DE UM CURSO
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA**
*PROYECTOS PROFESIONALES DE JÓVENES ESTUDIANTES DE UN
CURSO TÉCNICO DE AGROPECUARIA*
*PROFESSIONAL PROJECTS OF THE STUDENTS OF AN AGRICULTURE
TECHNICAL COURSE*

<http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p309>

Giovana Ilka Jacinto Salvaro, Samantha Maciel de Quadros e Dimas de Oliveira Estevam
Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma/SC, Brasil

RESUMO

O artigo apresenta a análise dos projetos profissionais de jovens estudantes de um curso técnico em agropecuária na interface com a produção de subjetividades, relações de gênero e reprodução da agricultura familiar. A pesquisa foi realizada no período de agosto de 2013 a julho de 2014, em um campus do Instituto Federal Catarinense. Os procedimentos analíticos foram quantitativos e qualitativos. As informações foram obtidas por meio de um questionário e os sujeitos foram jovens estudantes de um curso técnico em agropecuária. Na escolha pelo curso técnico, destacam-se a identificação com o rural e atividades agropecuárias, a qualidade da formação técnica oferecida pela escola e demandas socioeconômicas rurais.

Palavras-chave: formação profissional; agricultura; jovens estudantes; gênero.

RESUMEN

El artículo presenta un análisis de los proyectos profesionales de jóvenes estudiantes de un curso técnico de agropecuaria en su interfaz con la producción de subjetividades, las relaciones de género y la reproducción de la agricultura familiar. La encuesta se ha realizado entre agosto 2013 y julio 2014, en el campus del Instituto Federal de Santa Catarina. Los procedimientos analíticos han sido cuantitativos y cualitativos. La información se obtuvo a través de un cuestionario y los sujetos eran jóvenes estudiantes de un curso técnico de agropecuaria. En la elección de esta carrera técnica se destacan la identificación con las actividades rurales y agrícolas, la calidad de la formación técnica ofrecida por la escuela y demandas socioeconómicas rurales.

Palabras clave: Formación Profesional; Agricultura; Jóvenes estudiantes; Género.

ABSTRACT

This article presents the analysis of professional projects of young students of a technical course in agriculture on the interface with the production of subjectivities, gender relations and reproduction of family farming. The survey was conducted from August 2013 to July 2014, in a campus of the Federal Institute of Santa Catarina. Analytical procedures were quantitative and qualitative. Information was obtained through a questionnaire and the subjects were young students of a technical course in agriculture. In the analysis, when it came to the choosing of the technical course what stood out was the individual's identification with the rural and agricultural activities, the quality of technical formation offered by the school and rural socioeconomic demands.

Keywords: professional qualification; farming; young students; gender.

Agricultura familiar, jovens e projetos profissionais: apontamentos teóricos e metodológicos

O artigo apresenta a análise dos projetos profissionais de jovens estudantes de um curso técnico em agropecuária na interface com a produção de subjetividades, relações de gênero e reprodução da agricultura familiar. A pesquisa originária foi realizada no período de agosto de 2013 a julho de 2014, em um campus do Instituto Federal Catarinense, e teve como objetivo geral descrever como se constituem projetos profissionais de jovens rurais estudantes de cursos técnicos em agropecuária do sul de Santa Catarina a partir de uma perspectiva de gênero. Na direção analítica pretendida, por meio das contribuições de diferentes teóricos/as e áreas do conhecimento, são tecidas considerações acerca das categorias agricultura familiar, gênero, juventude (rural) e subjetividades em contextos de formação técnica profissional e elaboração de projetos profissionais, de modo a estabelecer possíveis articulações no contexto da pesquisa.

Inicialmente, convém destacar que os limites entre os espaços rurais e urbanos assumem diferentes formas, demonstrando que não se definem apenas pela realização de atividades agrícolas e não agrícolas, pois diferentes questões entram em jogo e remetem a leituras que dizem do “trânsito”, por assim dizer, de diferentes sujeitos nesses contextos. Carneiro (2008, p. 35) define o rural como “um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local, mediante a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas”. Sobre características que definem a produção familiar na agricultura, Wanderley (2009a) faz referência à fundamental relação família, terra e trabalho à medida que a força de trabalho envolvida no processo de produção é dos próprios proprietários dos meios de produção.

A respeito do conceito de juventude, Carneiro (1999, p. 97) observa que “a dificuldade em delimitar com rigor uma categoria demográfica – que se define essencialmente pela transitoriedade inerente às fases do processo de desenvolvimento do ciclo vital – não justifica que recorramos a critérios exclusivamente biológicos, ou mesmos jurídicos, para definirmos juventude”. No presente estudo, para fins de escolha e seleção dos sujeitos da pesquisa, foi utilizado o recorte etário determinado pelo Estatuto da Juventude “para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade” (Lei nº 12852, 2013). Mas por que as relações entre juventude e reprodução da agricultura familiar merecem ser consideradas em contextos de formação

técnica em agropecuária? Algumas questões podem ser destacadas para subsidiar a reflexão.

Em contexto de crise da agricultura familiar e de um rural não exclusivamente agrícola, Carneiro (1999, p. 97) explicita que a juventude rural consiste na “faixa demográfica que é afetada mais dramaticamente por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, combinada com o agravamento da situação de falta de perspectivas para os que vivem da agricultura”. Questões relativas ao projeto profissional de jovens, êxodo rural juvenil e suas implicações socioeconômicas na produção/reprodução da agricultura familiar não se apresentam como temas novos, no entanto, diante do explicitado, requerem estudos continuados. Estudos realizados em municípios do oeste de Santa Catarina (Abramovay, Silvestro, Cortina, Baldissera, Ferrari, & Testa 1998; Silvestro, Abramovay, Mello, Dorigon, & Baldissera, 2001; Stropasolas, 2006) e do Rio Grande do Sul (Anjos, Caldas, & Pollnow, 2014; Coradini, 2011; Froehlich, Rauber, Carpes, & Toebe, 2011; Siqueira, 2004; Spanevello, 2008; Weisheimer, 2009), entre outros aspectos, evidenciam a complexidade que envolve o cotidiano de jovens, tendo em vista atravessamentos de diferentes origens que contribuem para que ocorra um movimento migratório rural/urbano e para a intensificação de problemas para os que permanecem no meio rural.

É importante mencionar que, em cenários migratórios rurais, verifica-se a predominância do êxodo de mulheres. No estudo realizado por Spanevello (2008), em uma região do Rio Grande do Sul, a análise do êxodo rural de mulheres evidencia dinâmica sucessória na agricultura familiar. Conforme a autora, entre outras possibilidades, determinada dinâmica sucessória envolve mulheres quando são filhas únicas, quando na família há apenas filhas, pela herança da propriedade, ou também quando os filhos homens não querem assumir a propriedade. A partir da lógica descrita, é coerente considerar que a divisão sexual do trabalho é orientada por normas de gênero, historicamente construídas, que produzem e regulam as noções de feminino e masculino. Sobre tal aspecto, em um campo de consenso limitado entre as feministas, segundo Saffioti (2004, p. 45), a produção conceitual do gênero remete à “construção social do masculino e do feminino”.

No que se refere ao rural e à agricultura familiar, argumenta-se sobre a necessidade de estudos que possibilitem analisar determinada organização social e divisão sexual do trabalho na interface com questões de gênero. Paulilo (2004) e Brumer (2004) demonstram que certa divisão sexual do trabalho, em

contextos rurais, atribui diferentes atividades a homens e mulheres. As mulheres ainda são responsáveis por atividades domésticas e os homens por atividades consideradas produtivas, economicamente valorizadas, predominando a noção de que a realização de atividades produtivas por mulheres se trata de “ajuda” (Brumer, 2004; Paulilo, 2004). Deste modo, pode-se inferir que a divisão sexual do trabalho produz certa desvalorização do trabalho feminino e contribui para o êxodo rural de mulheres. Convém, então, assinalar que as relações de gênero, ao constituírem mulheres e homens, apresentam-se de igual modo como condições de possibilidade na elaboração de seus projetos.

No que concerne às especificidades do projeto, Velho (1999, p. 26) cita Schutz (1971) para destacar sua existência enquanto “ação com algum *objetivo predeterminado*”. O referido autor ressalta que projeto não pode ser tomado apenas em seus aspectos subjetivos, na medida em que “é elaborado dentro de um campo de possibilidades, circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes” (Velho, 1999, p. 27). Nesse sentido, os interesses se colocam ao sujeito que escolhe, ao grau de consciência e à coerência do projeto. Quanto ao sujeito e à situação de escolha, Velho (1999) situa o conflito intelectual e emocional, o que pode sugerir pouca clareza em relação ao projeto e, por outro lado, a cobrança de definições pela sociedade moderna também pode produzir conflitos individuais.

As compreensões apresentadas acerca da noção de projeto permitem considerar a necessidade de certa conformidade entre projetos individuais dos jovens e projetos coletivos das famílias, em termos de produção/reprodução da própria agricultura familiar. Nesse caso, os projetos profissionais articulam aspectos objetivos e subjetivos, sociais e individuais como constituintes de processos existenciais. No estudo que realizou sobre a situação juvenil na agricultura familiar, Weisheimer (2009) nota uma predominância no sentido individual do projeto do jovem, via ingresso no mercado de trabalho, e está ligado à sua autonomia, tanto financeira quanto em relação aos pais. De acordo com o autor, “esta inserção no mercado de trabalho parece ser a chave para o reconhecimento social de que o jovem está incorporando uma nova subjetividade” (p. 55). A propósito da definição conceitual da subjetividade, González Rey (2004, p. 137) assinala que esta “se produz sobre sistemas simbólicos e emoções que expressam de forma diferenciada o encontro de histórias singulares de instâncias sociais e sujeitos individuais, com contextos sociais e culturais multidimensionais”. Assim sendo, quais questões

estão em jogo na produção de projetos profissionais dos/as jovens?

A partir das proposições citadas acima, verifica-se que a formação profissional se mostra como uma das possibilidades de fomentar projetos profissionais de uma “nova geração de agricultores”. Nessa direção, no presente texto, pretende-se contribuir com o debate a respeito de projetos profissionais de jovens estudantes de cursos técnicos em agropecuária na interface com a agricultura familiar. Conforme será apresentado ao longo do texto, entre aspectos sociais, econômicos, culturais e subjetivos, argumenta-se sobre a relevância do estudo na medida em que a reprodução da agricultura familiar, como modo de produção e de existência, está relacionada aos projetos individuais/coletivos de sujeitos e de suas famílias.

Quanto aos procedimentos metodológicos, destaca-se que os sujeitos da pesquisa foram 36 jovens estudantes (28 homens e oito mulheres) do último ano de um curso técnico em agropecuária, residentes em áreas rurais e urbanas (conforme localização registrada pelos/as jovens). Após o contato formal com a instituição de ensino e a autorização da pesquisa, os/as jovens estudantes foram convidados/as a participar da pesquisa na própria instituição e a amostragem foi definida por acessibilidade (Gil, 2010). As informações foram obtidas por meio de um questionário. A pesquisa seguiu os procedimentos éticos exigidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos e, de acordo com tais procedimentos, do total de 132 questionários aplicados (60 mulheres e 72 homens), foram utilizados 36, devolvidos com os respectivos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, assinados pelos/as jovens ou por seus responsáveis legais (no caso de jovens menores 18 anos).

No processo de compilação e análise das informações, foram aliados procedimentos quantitativos e qualitativos, pela análise de conteúdo, segundo Bardin (2009). A análise possibilitou a contextualização do espaço de formação profissional e caracterização sociodemográfica do grupo de jovens pesquisados/as, assim como, para o artigo em questão, a organização de duas categorias temáticas: (a) a escolha pelo curso técnico em agropecuária no “curso” dos projetos profissionais dos/as jovens; (b) o rural e suas (im) possibilidades no projeto profissional de jovens. As categorias temáticas foram elaboradas a partir de subcategorias analíticas que serão sublinhadas ao longo do texto com o intuito de possibilitar a construção de um debate em torno dos temas centrais mobilizados no estudo, abarcando aspectos socioeconômicos e subjetivos dos/as jovens, bem como as especificidades dos projetos profissionais narrados.

Contextualização do espaço de formação profissional e caracterização sociodemográfica do grupo de jovens pesquisados/as

Contemporaneamente, no contexto brasileiro, os Cursos Técnicos em Agropecuária se inserem no âmbito da Educação Profissional de Nível Médio. Entre outros, Soares (2003) e Machado (2012) apresentam trajetória histórica da formação técnica em agropecuária no Brasil. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, “Art.2 1, a educação escolar compõe-se de: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II - educação superior”. No tocante à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, conforme descreve a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, considerando a alteração incluída pela Lei no 11.741, de 16 de julho de 2008, por ora, têm-se os seguintes artigos:

Art. 36-A. Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

Parágrafo único. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

Art. 36-D. Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior.

Parágrafo único. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho.

Com base no que resolve a legislação, a preparação para o trabalho orienta as ações educativas e a conclusão de um curso técnico habilita para o exercício de um conjunto de atividades relativas à titulação obtida. Contudo, a preparação profissional não se limita à produção da existência material. Segundo o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (Ministério da Educação, 2007, p. 45), “considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, se apropria dela e pode transformá-la”. É exatamente a perspectiva de formação profissional descrita que

orienta a reflexão aqui proposta e, portanto, foi fundamental considerar que os processos de formação e elaboração de projetos profissionais têm sua gênese em determinadas concepções de rural, agricultura e trabalho rural.

Os/as jovens da pesquisa são oriundos/as do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Agropecuária, oferecido em um campus do Instituto Federal Catarinense (IFC). Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados pelo Ministério da Educação pela Lei nº 11.892 (2008). Como salientado, os sujeitos da pesquisa foram 36 jovens estudantes do último ano do curso técnico: 28 (77,8%) são do sexo masculino e oito (22,2%) do sexo feminino, com idades entre 17 e 21 anos, predominando a idade de 18 anos (61,1%).

Todos/as os/as jovens se declararam solteiros/as e sem filhos. Três mulheres e 16 homens (52,8%) relataram que os pais são agricultores. Entre as atividades desenvolvidas pelas famílias agricultoras, destacam-se os cultivos de arroz, fumo, milho, feijão, cana de açúcar, mandioca, frutas, verduras. Foi listada também a criação de aves, gado de leite e corte. Conforme os relatos dos/das jovens, os produtos são destinados ao consumo familiar e à comercialização. Os/as jovens são oriundos/as de municípios dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Quanto à área da residência (rural ou urbana), área total da propriedade familiar (em hectares) e número de residentes no domicílio, podem ser evidenciados os seguintes dados: do total de 36 jovens, 35 declaram que a família reside em área própria; 21 (58,3%) que estão localizadas em áreas rurais e 15 (41,7%) em urbanas; quanto ao tamanho das propriedades familiares, do universo de 20 respondentes, 16 jovens (80%) informam que a família possui até 20 hectares ou menos; foi constatado que 30 jovens (83,33%) moram com os pais, os demais, com outros parentes e amigos; um total de 22 jovens (61,11%) disse que três a quatro pessoas residem no mesmo domicílio.

A escolha pelo curso técnico em agropecuária no “curso” dos projetos profissionais dos/as jovens

O rural e atividades agropecuárias como lugares de identificação dos/das jovens na escolha pelo curso técnico em agropecuária se apresentaram como questões centrais e recorrentes na pesquisa. Na direção teórica apontada por González Rey (2004), a identificação pode ser lida a partir da articulação de dimensões sociais e subjetivas na/pela produção de sentidos. González Rey (2004, p. 141) define o conceito de subjetividade como “um sistema complexo que

tem dois espaços de constituição permanente e inter-relacionados: o individual e o social, que se constituem de forma recíproca e, ao mesmo tempo, cada um está constituído pelo outro”.

Em síntese, as produções de sentidos e de sujeitos constituem um mesmo processo, em que a singularidade emerge como condição de diferenciação e se contrapõe a determinações externas (González Rey, 2004). Além disso, segundo o autor, não existe um sentido subjetivo universal, pois se trata de uma produção associada ao sujeito a partir de sua história, posições, ações e relações sociais estabelecidas em diferentes contextos. A propósito do que foi observado acerca da subjetividade como socialmente produzida, centralmente, a análise dos sentidos subjetivos implica considerar os sistemas simbólicos em suas dimensões macrosociais e microsociais. Logo, os contextos socioeconômico e cultural se apresentam como condições de possibilidade no processo de constituição subjetiva, como pode ser visto na afirmação de González Rey (2004, p. 125):

A subjetividade é inseparável das necessidades que ela gera no curso de sua história e, portanto, em nível subjetivo, é impossível existir um reflexo objetivo de alguma coisa que não dependa das necessidades do sistema que reflete, necessidades que se expressam tanto em sujeitos concretos, como naqueles espaços sociais em que as pessoas se relacionam.

A partir de tal perspectiva apresentada por González Rey (2004), das experiências vividas e das condições determinadas objetivamente se derivam emoções e processos simbólicos que, em suas relações, determinam o sentido da atividade para o sujeito. Os sentidos subjetivos não são produzidos como um reflexo do exterior interiorizado, mas em processo permanentemente dinâmico no qual universos culturais são apropriados de forma singular pelos sujeitos. Na direção apontada, há uma especificação dos indivíduos em sua condição frente ao social, de ordem subjetiva e de constituição de singularidade.

Sendo assim, a escolha pelo curso técnico em agropecuária no “curso” dos projetos profissionais dos/as jovens, como categoria analítica, desdobra-se com base em determinada concepção de sujeitos e subjetividades. A perspectiva de “curso” adotada se faz pela compreensão de que dimensões sociais e singulares são indissociáveis e, em tal direção, na interface escolha/identificação, em um mesmo ato, “revelam-se” sujeitos e coletividades. Abaixo, são listados alguns dos motivos mencionados como norteadores da escolha pelo curso técnico em agropecuária, envolvendo a identificação com a área rural e gosto por atividades agropecuárias:

As jovens

Gosto pelo trabalho no interior e manejo com animais. Pretendo seguir a profissão.

Interesse e vocação pelo curso e futuramente a profissão - gosto da área agrária.

Os jovens

A grande afinidade com o meio rural e a boa qualidade do ensino da instituição.

Por eu gostar do meio rural - o curso técnico em agropecuária é um curso onde me identifiquei e alta qualidade de ensino.

Os motivos implicados na escolha pelo curso evidenciam o que foi destacado sobre as condições sociais da constituição de sujeitos/subjetividades, sobre o cenário rural como espaço de produção e (re) produção da existência. Diante do exposto, o processo de ensino e aprendizagem de atividades agropecuárias emerge como central, especialmente, pela mediação institucional e possibilidade de profissionalização técnica. Além da identificação com a área rural e gosto por atividades agropecuárias, a qualidade do ensino oferecido e possibilidade de cursar, concomitantemente, o ensino médio e ensino técnico, bem como a influência familiar, foram citados como motivos envolvidos na escolha pelo curso.

As jovens

Pela qualidade, facilidade no mercado de trabalho e maior conhecimento adquirido.

Aproveitamento do meu tempo - enquanto estou estudando o médio - já aproveito para aprender uma profissão.

Os jovens

Um curso de ótima qualificação, de grande importância no papel relacionado com a agricultura da região - e ter um currículo mais qualificado.

Por a escola ser federal e, para além de ter meu diploma de ensino médio, também, ter um de técnico em agropecuária.

O meu pai estudou em uma escola agrícola e me influenciou muito para minha escolha.

A partir de pressupostos da psicologia sócio-histórica, o trabalho é entendido como atividade humana que possibilita a produção das condições de existência, como também a própria existência. Como ressaltado por Pino (1995), os trabalhos de Vygotski e outros autores, em uma perspectiva histórico-dialética, demonstram que conhecimento deriva da atividade humana, enquanto

social, instrumental e produtora. Com isso se quer enfatizar que a escolha e o aprendizado técnico de uma atividade são processos que não se separam dos processos de significação da própria atividade. A atividade, então, concebida como mediação na constituição do psiquismo pode ser planejada socialmente, seus instrumentos e produtos socializados na medida em que produzem significados/sentidos. Em tal processo de significação, constituinte e constitutivo, destacam-se os sistemas de signos, utilizados para representar a realidade e para a comunicação entre os sujeitos. Configuram-se, então, as condições da constituição do sujeito por meio de um processo interpsicológico que é transformado em intrapsicológico (Vigotski, 2003). Em suma, a reflexão possibilita destacar que a categoria analítica “o rural e atividades agropecuárias como lugares de identificação dos/as jovens na escolha pelo curso técnico” aponta questões objetivas e subjetivas, sociais e singulares, como forma de evitar reduções geradas por concepções lineares e dicotômicas na análise dos projetos profissionais em curso.

No cenário analítico, alguns dos relatos dos/as jovens apresentam o rural como um lugar promissor de trabalho. Em um movimento que evidencia o rural como lugar de produção e de modos de vida, os/as jovens vislumbram possibilidades de inserção profissional. Entre tais possibilidades, verificam-se questões relativas à avaliação do processo de formação profissional que está sendo realizado, assim como a importante contribuição das atividades agropecuárias na produção de alimentos e da subsistência humana. Conforme ressaltado, a qualidade atribuída ao curso de formação se destaca na preparação para o mundo do trabalho. Alguns relatos demonstram a relação entre formação qualificada e possível inserção profissional a partir de demandas socioeconômicas específicas, envolvendo o desenvolvimento da agricultura e da pecuária.

As jovens

Um mercado de trabalho e uma formação ampla, com falta de qualificação de alguns profissionais.

Muito importante não só para mim, como também para as pessoas que poderei ajudar atuando na profissão.

Os jovens

De grande importância para mim, como também para as pessoas que poderei ajudar atuando na profissão.

Muito importante - porque é um emprego que trabalha com alimentos e assim pode ajudar a combater a fome do mundo.

Pelos relatos, é possível perceber que se trata de um processo de formação profissional de qualidade e de

uma área promissora de atuação, em um contexto com demandas de trabalho que se atualizam. É interessante considerar que diferentes pressupostos sustentam a inserção profissional em atividades agropecuárias e a formação de agricultores/as. Por um lado, pode-se dizer que a preparação e a inserção do/a jovem como técnico/a estão condicionadas a uma formação profissional que atenda a demandas técnicas específicas e do mercado. Por outro, no caso da formação do/a jovem agricultor/a, entre outros aspectos, em grande medida, o processo de aprendizagem envolve a família e a “transmissão” de determinado saber fazer cotidiano. Em contextos de agricultura familiar, Stropasolas (2006, p. 210) observa que, desde muito cedo, as crianças “são estimuladas a incorporar uma ética em que o trabalho tem um valor relevante como base da subsistência, como meio privilegiado de ganhar a vida e de honrar seus compromissos”. Considerando a centralidade da formação profissional evidenciada pelos relatos no processo de inserção no mercado de trabalho, especificamente, em termos dos projetos profissionais e na interface com a reprodução da agricultura familiar, o que os/as jovens expõem?

O rural e suas (im)possibilidades no projeto profissional de jovens

Do total de 19 jovens, filhos/as de agricultores, nove (sete homens e duas mulheres) declararam que pretendem se estabelecer como produtor/a rural, desenvolvendo atividades relativas à pecuária de corte e leite, ao cultivo do arroz, de fumo, da mandioca, fruticultura e horticultura. Destacam-se alguns dos motivos apresentados como justificativa para o não estabelecimento do/a jovem como produtor/a rural:

A jovem

Pretendo fazer faculdade em outra área.

Os jovens

Porque não possuo área suficiente e quero continuar estudando.

Porque quero ser um profissional na área que estou estudando.

Pelas dificuldades de mão-de-obra.

Entre os/as 17 jovens que não são filhos/as de agricultores, três (homens) declararam que pretendem se estabelecer como produtor/a rural, por meio da agricultura e/ou pecuária de corte. Os/as demais (nove homens e cinco mulheres) responderam negativamente a possibilidade de se estabelecerem como produtores/as rurais. Seguem alguns dos motivos relatados:

As jovens

Quero auxiliar os produtores e não ser um, mas nada é impossível.

Darei início ao curso superior.

Os jovens

Excesso de trabalho e baixos rendimentos.

Não quero trabalhar no meio rural.

Porque pretendo atuar só como técnico.

Pretendo fazer faculdade.

Por um lado, os motivos exibidos para não se estabelecer como produtor/a rural sugerem a incompatibilidade entre a formação educacional de nível técnico/superior e a profissão produtor/a rural. Por um lado, anunciam questões relativas à propriedade da terra. O primeiro ponto, sobre a incompatibilidade entre a formação educacional de nível técnico/superior e a profissão produtor/a rural, remete a processos de significação envolvidos na construção histórica da aprendizagem intergeracional e informal da própria atividade. Por ora, analisa-se também a possibilidade de que o curso técnico em agropecuária oferecido e a qualidade do ensino podem ser vistos como um 'degrau' de acesso à continuidade dos estudos, ao aperfeiçoamento pessoal/profissional e à mobilidade social.

Como outra possibilidade, o estudo realizado por Weisheimer (2009), no Rio Grande do Sul, mostrou que a presença de jovens com o ensino técnico completo ou incompleto é menor do que a com o ensino superior incompleto. No caso das jovens, o estudo demonstrou ainda níveis de escolaridade superiores aos dos jovens. A partir do cenário encontrado, Weisheimer (2009, p. 193) considera possível afirmar "que no que depende do ensino formal, os jovens gaúchos estão acessando mais o ensino superior do que o técnico. Os jovens buscam por meio do ensino superior assegurar, segundo as suas possibilidades, a melhor inserção produtiva fora da agricultura". Além do que se pode observar, as possibilidades de continuidade dos estudos e o acesso ao ensino superior na interface com o êxodo rural seletivo e crescente de mulheres indicam um cenário em transformação, bem como a necessidade de investigações futuras sobre desdobramentos derivados daí.

Quanto ao segundo ponto, do número total de jovens pesquisados, 19 são filhos/as de agricultores e 10 declaram que têm ou terão área de terra em seu nome, por herança ou compra. No que se refere

ao total de 17 jovens, não filhos/as de agricultores, quatro relataram que terão terra, por herança, compra e arrendamento. Para a discussão em questão, convém retomar pontos relativos à determinada definição de rural como lugar de identificação e produção de modos de vida, bem como enfatizar a centralidade do vínculo patrimonial com a terra. Em linhas gerais, condições envolvendo a propriedade da terra e subsídios socioeconômicos para o desenvolvimento das atividades agropecuárias podem se apresentar como determinantes no processo de escolha profissional dos/as jovens. Em uma perspectiva que ultrapassa a dimensão econômica dos espaços rurais, Wanderley (2011, p. 110) observa que, "de um ponto de vista mais geral, pode-se afirmar que são indivíduos, famílias e grupos que se relacionam em função da referência ao patrimônio e aos laços de vizinhança". Segundo Wanderley (2011, p. 110), "a permanência no campo depende, assim, cada vez mais da possibilidade de um vínculo patrimonial com a terra". Com base no que enfatiza a autora acima citada, na situação pesquisada, a propriedade da terra foi citada como uma das condições envolvidas na permanência e no estabelecimento do/a jovem como produtor/a rural, conforme se demonstra no tópico analítico seguinte.

Entre os 19 jovens, filhos/as de agricultores, a possibilidade de permanecer/assumir a propriedade familiar foi mencionada por um total de sete (cinco homens e duas mulheres), residentes em áreas rurais próprias. As justificativas evidenciam a participação nas atividades desenvolvidas, identificação com a propriedade e atividades rurais.

As jovens

Altíssima [possibilidade], pois gosto de onde moro.

Grande, pois, após o meu curso, pretendo auxiliar os meus pais.

Os jovens

Grande possibilidade, porque eu e meu irmão gostamos da área e vamos assumir a propriedade.

Há possibilidade porque já ajudo nas atividades.

Os demais, 12 jovens (11 homens e uma mulher), relataram a impossibilidade ou pouca possibilidade de permanecerem/assumirem a propriedade familiar, como pode ser evidenciado em alguns dos relatos.

As jovens

Não permanecerei, pois pretendo abrir um escritório em outra área e, talvez, morar em outra cidade.

Os jovens

Nenhuma, porque estou estudando e já tenho irmãos trabalhando na propriedade dos meus pais.

Nenhuma, pois meus pais pretendem parar de plantar.

Como destacado, foi possível notar que a identificação com o meio rural é um fator importante e decisivo para a escolha pelo curso e, por consequência, para a inserção em uma atividade profissional futura. A respeito de tal aspecto, convém retomar a discussão sobre êxodo rural juvenil e processos sucessórios. Conforme apontado nos estudos de Froehlich et al. (2011) e Anjos, Caldas e Pollnow (2014), o êxodo rural é seletivo, com o predomínio do êxodo rural feminino, com certa tendência de masculinização e envelhecimento da população rural. A respeito do processo de masculinização e envelhecimento da população, o estudo de Anjos, Caldas e Pollnow (2014), a partir de dados dos censos demográficos, no intervalo de 1991-2010, demonstra que os estados do sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) apresentam a idade média mais elevada em relação às demais regiões do país.

Sobre a transmissão do patrimônio e de processos sucessórios, os estudos de Carneiro (2001) e Spanevello (2008) indicam que as relações de gênero devem ser consideradas, pois orientam tais práticas e, de certo modo, desiguam homens e mulheres. A partir de determinada perspectiva, de acordo com o que se observou no início do texto acerca da predominância de homens no processo de formação técnica em agropecuária, é possível considerar também as questões de gênero no que tange à possibilidade de permanecer/assumir a propriedade familiar. Todavia, na situação em análise, ainda que se tenha um número maior de jovens que relataram a impossibilidade de permanecer/assumir a propriedade rural, sete jovens (duas mulheres e cinco homens), filhas/os de agricultores, vislumbram a possibilidade de permanecer/assumir a propriedade rural.

Outros aspectos entram em cena e remetem a condições socioeconômicas das famílias agricultoras, contextos sociais e culturais específicos. As possibilidades ou não de permanecer/assumir a propriedade familiar, segundo alguns relatos, em grande medida, estão relacionadas ao tamanho da propriedade em relação ao número de filhos/as, ao contexto e gosto pela atividade, entre outras questões já desatacadas.

No estudo que realizou, Bitencourt (2009, p. 118) ressalta que, quando questionados acerca das “razões de não retornarem ao convívio da família depois de

formados para desenvolver a propriedade junto dos pais ou de forma independente, já que este também é um objetivo da escola”, entre outras, os egressos relataram a não disponibilidade ou insuficiência de terra para a produção, a possibilidade de adquirir experiência em uma empresa para, posteriormente, montar uma loja de produtos agropecuários. Outro fator importante citado pelo autor se refere ao fato de que, mesmo dispondo de terra para cultivar, optam por trabalhar em uma empresa para viabilizar e custear o ensino superior.

Na discussão relativa à possibilidade ou não de permanecer/assumir a propriedade rural, do mesmo modo, é importante assinalar as relações entre o campo-cidade enquanto estratégias de reprodução da própria agricultura familiar. Wanderley (2009b, p. 78) observa que, no caso dos “agricultores familiares, parcela mais expressiva dos habitantes do campo, as relações com a cidade são um elemento constituinte de suas estratégias de reprodução”. Com base em tal evidência, a referida autora argumenta acerca de dois aspectos implicados no emprego, a saber: os processos de sucessão e a pluriatividade das famílias agricultoras.

Quanto ao primeiro aspecto, em se tratando de famílias numerosas, de acordo com Wanderley (2009b, p. 78), “é comum que os filhos não sucessores procurem uma alternativa profissional fora do estabelecimento familiar”, o que, por consequência, não resultaria em uma crise de reprodução. Wanderley (2009b, p. 78) diz que a crise pode ser observada em casos de sucessão tardia (gerando instabilidade para o jovem), ausência de ocupação próxima para os não sucessores (o que poderia resultar em processos migratórios) e, de forma mais grave, “quando as condições das unidades de produção são tão precárias que, não havendo patrimônio a transmitir, todos os filhos são candidatos a empregos fora do sítio familiar”. O segundo aspecto, observado pela autora, está relacionado à pluriatividade das famílias de agricultores, na forma de realização de atividades complementares fora do estabelecimento familiar.

Os relatos dos/das pesquisados/as e estudos citados permitem considerar que permanecer e/ou assumir a propriedade familiar não se limita a uma escolha individual do/a jovem. Como se enfatizou ao longo do texto, o projeto profissional emerge como singular a partir de determinadas condições socioeconômicas e culturais implicadas no processo de constituição subjetiva.

Considerações finais

A análise apresentada demonstra que aspectos socioeconômicos, culturais e subjetivos, na interface

com normas de gênero e geração, entre outros marcadores, estão envolvidos na produção e nas condições de tais projetos. Trata-se de um espaço de formação com um predomínio masculino, ainda que se constate um aumento da presença feminina no curso. Sobre tal aspecto, não se pode desconsiderar a relação que se estabelece entre trabalho e gênero, historicamente, produtora de determinada divisão sexual do trabalho, que dizem das diferentes posições ocupadas por mulheres e homens na organização social do trabalho.

Como salientado, na análise dos projetos profissionais dos/as jovens estudantes da pesquisa, foi fundamental considerar determinadas concepções de rural, agricultura e trabalho rural, na medida em que se apresentam como condições de possibilidade dos processos em questão. A escolha pelo curso técnico em agropecuária, em grande medida, foi orientada pela identificação dos/as jovens com o rural e atividades agropecuárias, o que possibilita compreender as implicações subjetivas e objetivas envolvidas nos projetos profissionais. No que se refere às implicações objetivas da escolha profissional, o contexto apresentado sugere, também, condições econômicas atreladas às possibilidades de herança da terra e sucessão familiar. Sendo assim, além da identificação com o lugar de trabalho e atividade, aliada à qualidade do curso e demandas socioeconômicas do contexto, o rural é visto como possibilidade promissora de inserção profissional e, nesse caso, uma formação qualificada é considerada condição na preparação para o mundo do trabalho. Porém, quanto ao se estabelecer como produtor/a rural e/ou permanecer/assumir a propriedade rural após a conclusão do curso técnico, foram apontadas algumas possibilidades e impossibilidades.

No primeiro caso, situações envolvendo as possibilidades, entre outras questões, destacam-se a propriedade da terra e especificidades do processo sucessório. No segundo caso, a dedicação a atividades como técnico agrícola, a continuidade dos estudos, dificuldades socioeconômicas relacionadas ao setor agropecuário, bem como a não disponibilidade ou insuficiência de terra para a produção. Por fim, ao longo do processo de análise e elaboração do texto, foram ressaltados alguns dos aspectos objetivos e subjetivos que operam na elaboração de um projeto profissional, os quais dizem das relações intersubjetivas que se singularizam no/pelo relato do sujeito.

Cabe ressaltar o fato de que as narrativas breves e respostas vagas, registradas, pelos/as jovens, nos questionários, contribuíram para certa limitação e discussão analítica, entre outros aspectos, no que

se refere à relação entre projetos profissionais e reprodução da agricultura familiar. Portanto, seria interessante a realização de uma pesquisa com a utilização de entrevistas, a fim de propiciar um espaço de diálogo com os sujeitos e ampliação da discussão sobre o tema.

Como apresentado no início do texto, em contextos rurais, as constantes transformações socioeconômicas e culturais evidenciam, entre outras questões, a necessidade de investigações sobre os limites e as possibilidades da formação de “novas gerações de agricultores/as”. No campo dos estudos rurais, observa-se, ainda, a carência de investigações específicas a respeito das implicações da escolarização e formação técnica na constituição de jovens rurais e seus desdobramentos para os processos de reprodução da agricultura familiar, permanência ou abandono das atividades agropecuárias, nas intersecções com gênero e geração. Além da formação profissional de nível técnico, outro aspecto que merece investigações específicas diz respeito ao papel do ensino superior no projeto profissional dos/as jovens, pois, como foi possível verificar na pesquisa em questão, a continuidade dos estudos por meio de um curso de graduação se apresenta como possibilidade em detrimento do projeto profissional de produtor/a rural. Ainda, de forma mais específica, conforme problematizado no texto, as possibilidades de continuidade dos estudos e o acesso ao ensino superior na interface com o êxodo rural seletivo e crescente de mulheres indicam um cenário em transformação, bem como a necessidade de investigações futuras sobre desdobramentos derivados daí.

Referências

- Abramovay, R. et al. (1998). *Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios* (2ª ed.). Brasília, DF: UNESCO.
- Anjos, F. S., Caldas, N. V., & Pollnow, G. E. (2014). Menos mulheres, menos jovens, mais incertezas: a transição demográfica no Brasil rural meridional. *Revista Extensão Rural*, 21(2), 94-116.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bitencourt, F. D. (2009). *A educação profissional e técnica de nível médio e o desenvolvimento local/regional: um estudo sobre a inserção da escola Agrotécnica Federal de Sombrio na microrregião do extremo sul catarinense*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF. Acesso em 02 dezembro, 2014, em http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4239/1/2009_FernandoDBitencourt.pdf
- Bock, A. M. B. & Gonçalves, M. G. M. (2005). Subjetividade: o sujeito e a dimensão subjetiva dos fatos. In F. González Rey (Org.), *Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia* (pp. 109-125). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

- Brumer, A. (2004). Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*, 12(1), 205-227.
- Carneiro, M. J. (1999). O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In C. F. T. da Silva, R. Santos, & L. F. C. Costa (Orgs), *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares* (pp. 95-117). Rio de Janeiro: Campus/Pronex.
- Carneiro, M. J. (2001). Herança e gênero entre agricultores familiares. *Revista Estudos Feministas*, 9(1), 22-55.
- Carneiro, M. J. (2008). "Rural" como categoria de pensamento. *Ruris*, 2(1), 09-38. Acesso em 17 de abril, 2013, em http://www.ifch.unicamp.br/ceres/2008-maria_carneiro.pdf
- Coradini, L. (2011). *Projetos profissionais juvenis e a perspectiva de reprodução social na agricultura familiar*. Dissertação Mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Acesso em 06 de julho, 2013, em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61736/000865797.pdf?sequence=1>
- Froehlich, J. M. et al. (2011). "Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS". *Cienc. Rural*, 41(9), 1675-1680. Acesso em 31 de maio, 2013, em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pi84782011000900030&lng=en&nrm=iso
- González Rey, F. L. (2004). *O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gil, A. C. (2010). *Métodos e técnicos de pesquisa social* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Acesso em 08 de julho, 2013, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.
- Lei n. 11.741, de 16 de julho de 2008. (2008). Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República. Acesso em 08 de julho, 2013, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art2
- Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. (2008). Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Acesso em 08 de julho, 2013, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm
- Lei n. 12.582, de 05 de agosto de 2013. (2013). Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Brasília, DF: Presidência da República. Acesso em 07 de março, 2014, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm
- Machado, R. C. (2012). *A função social do curso técnico em agropecuária e a escolarização de filhos de agricultores familiares*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. Acesso em 02 de junho, 2014, em http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1273
- Ministério da Educação. (2007). *Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio*. Documento Base. Brasília, DF: Autor. Acesso em 08 de julho, 2013, em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf
- Paulilo, M. I. S. (2004). Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*, 12(1), 229-252.
- Pino, A. (1995). Semiótica e cognição na perspectiva histórico-cultural. *Temas em Psicologia*, 3(2), 31-39.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Siqueira, L. H. S. (2004). *As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Acesso em 24 de junho, 2013, em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7053/000538866.pdf?sequence=1>
- Silvestro, M. L. et al. (2001). *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri; Brasília, DF: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Soares, A. M. D. (2003). *Política educacional e configurações dos currículos de formação de técnicos em agropecuária, nos anos 90: regulação ou emancipação?* Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Acesso em 2 de junho de 2014, em http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2010-2/1SF/Textos/Tese_Ana_Dantas.pdf.
- Spanevello, R. M. (2008). *A dinâmica sucessória na agricultura familiar*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Acesso em 06 de julho, 2013, <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16024/000660556.pdf?sequence=1>
- Stropasolas, V. L. (2006). *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: UFSC.
- Velho, G. (1999). *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Vigotski, L. S. (2003). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores* (6ª ed.) São Paulo: Martins Fontes.
- Wanderley, M. N. B. (2009a). *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: UFRGS.
- Wanderley, M. N. B. (2009b). O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 17(1), 60-85. Acesso em 06 de junho, 2013, em <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/308/304>
- Wanderley, M. N. B. (2011). *Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil*. Campinas, SP: UNICAMP.
- Weisheimer, N. (2009). *A situação juvenil na agricultura familiar*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Acesso em 06 de julho, 2013, em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15908/000693991.pdf?sequence=1>

Agradecimentos

À Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Edital N° 15/2013 PIBIC/CNPq/UNESC.

Submissão em: 19/09/2015

Revisão em: 29/12/2015

Aceite em: 12/02/2016

Giovana Ilka Jacinto Salvaro é doutora em Ciências Humanas e professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico – PPGDS - Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).
Endereço para correspondência: Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico – PPGDS. Av. Universitária, 1105. Bairro Universitário. Cx. Postal 3167. CEP 88806-000. Criciúma/SC, Brasil.
E-mail: giovanailka@gmail.com

Samantha Maciel de Quadros é graduanda do Curso de Ciências Econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).
E-mail: sam_quadros@hotmail.com

Dimas de Oliveira Estevam é doutor em Sociologia Política e professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico – PPGDS. Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC),
E-mail: doe@unesc.net